

POLÍTICOS DESTITUÍDOS E DISPUTAS PARTIDÁRIAS EM UM CONTEXTO ESTADUAL: O PERFIL SOCIAL E O DESEMPENHO ELEITORAL DOS CANDIDATOS DA UNIÃO REPUBLICANA PARANAENSE EM 1934

DESTITUTE POLITICIANS AND PARTY DISPUTES IN A REGIONAL CONTEXT: THE SOCIAL PROFILE AND ELECTORAL PERFORMANCE OF CANDIDATES FROM THE REPUBLICAN UNION OF PARANÁ IN 1934

Sandro Aramis Richter Gomes*
argomes8@gmail.com

RESUMO: No presente artigo desenvolve-se uma investigação acerca dos perfis sociais e do desempenho eleitoral dos candidatos de um partido de oposição fundado no Estado do Paraná em 1934. Denominada União Republicana Paranaense (URP), essa agremiação era comandada por políticos destituídos de seus cargos públicos por ocasião da Revolução de 1930. Coletadas em jornais de circulação nacional e regional, as informações acerca desses candidatos contêm evidências acerca das iniciativas dos veteranos da URP para reorganizem um partido, formarem uma base eleitoral e recuperaram um espaço nas instituições políticas. Este artigo está ancorado nos fundamentos da nova História Política. Assim, um anseio central desta análise consiste em evidenciar o processo por meio do qual a composição do campo político paranaense se tornou mais complexa. Nesse novo momento, os membros da URP tiveram menor destaque na cena eleitoral em comparação a novos personagens do quadro político. Esta investigação é realizada por meio do método prosopográfico, o qual consiste na análise de trajetórias coletivas. Tal método possibilita a identificação de analogias quanto ao desenvolvimento das carreiras políticas de veteranos que regressaram ao jogo eleitoral paranaense no contexto do Governo Provisório (1930-1934). Há três resultados apresentados neste trabalho. Primeiro, é evidenciado que, naquela época, o mencionado partido era uma relevante agremiação oposicionista do Paraná. Segundo, salienta-se que dentre os candidatos mais competitivos da URP havia indivíduos que, ao tempo da Primeira República, ocuparam posições pouco destacadas na administração pública estadual. Terceiro, é demonstrado que a vida política paranaense do início dos anos 1930 tornou-se mais competitiva.

PALAVRAS-CHAVE: Disputas eleitorais, Elites políticas, Partidos políticos estaduais.

ABSTRACT: The article analyzes the social profiles and the electoral performance of the candidates of an opposition party founded in the State of Paraná in 1934. Named União Republicana Paranaense (URP), this party was commanded by politicians destitute of their public offices at the time of the Revolution of 1930. Collected in newspapers of national and regional circulation, information about these candidates contains evidence about the initiatives of members of URP to reorganize a party, form an electoral base and regain space in political institutions. This article is anchored in the foundations of the new Political History. Thus, a central aim of this analysis is to highlight the process through which the composition of the Paraná political field has become more complex. In this new moment, the URP veterans had less prominence in the electoral scene compared to new characters in the political framework. This investigation is developed through the methodology of prosopography, which consists of the analysis of collective trajectories. This method makes it possible to identify analogies regarding the development of the political careers of veterans who returned to the electoral scene of Paraná in the context of the Provisional Government (1930-1934). There are three results presented in this work. First, it is evident that, at that time, the aforementioned party was an important opposition group in Paraná. Second, evidenced is given that among the most competitive candidates of the URP were individuals who, at the time of the First Republic, held positions that were not very prominent in the state public administration. Third, it is shown that the political life of Paraná in the early 1930s has become more competitive.

* Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente realiza estágio de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

KEYWORDS: Electoral disputes, Political elites, State political parties.

Introdução

Neste artigo realiza-se uma investigação acerca dos perfis sociais e do desempenho eleitoral dos candidatos da União Republicana Paranaense (URP) em 1934. Tal ano corresponde ao momento da fundação e do lançamento das únicas chapas completas da agremiação para cargos legislativos. A URP era um partido estadual que pertenceu ao campo oposicionista do Paraná. Essa agremiação permaneceu em atividade até novembro de 1937. Foi dissolvida em virtude do advento do Estado Novo. Esse advento foi o episódio que provocou a extinção de todos os partidos brasileiros (NICOLAU, 2012). No ano do seu desaparecimento, a URP permanecia integrada ao campo oposicionista (DIÁRIO DA TARDE, 08 jun. 1937, p. 1).

O objetivo deste estudo é produzir conhecimento sobre a ação eleitoral, no início dos anos 1930, de indivíduos que eram egressos do partido governista que existiu no Paraná da Primeira República. Por meio de um estudo de caso, este artigo busca avançar no entendimento sobre os limites da força eleitoral de chefes partidários que continuaram politicamente ativos após a Revolução de 1930.

Cumprir situar a formação da URP como um típico caso das tentativas de elites regionais recuperarem um espaço no jogo eleitoral em uma época na qual novos personagens ascenderam ao comando das instituições estaduais. Trata-se de demonstrar que o aparecimento desse partido ocorreu no período em que políticos destituídos radicados em outros estados também se mobilizaram para voltar à cena partidária.

A identificação de experiências análogas à formação da URP é decisiva para reconhecer diferenças entre chefes políticos estaduais quanto à maior ou menor capacidade de permanecerem eleitoralmente fortes nos anos anteriores à Era Vargas. Em grande medida, os estudos sobre os partidos estaduais da época da Primeira República não dedicam atenção aos esforços de antigas lideranças situacionistas para regressar às disputas partidárias no contexto dos anos 1930 (CASALECCHI, 1987; SAMPAIO, 1998). A historiografia se ressentida da falta de análises que evidenciem o desempenho eleitoral desses veteranos (RAMOS, 1980). A realização de tal abordagem propicia o conhecimento dos resultados das iniciativas que esses antigos situacionistas realizaram para construir alianças eleitorais e formar uma base de correligionários.

Há três argumentos sustentados neste artigo. Primeiro, é demonstrado que a URP teve êxito na tarefa de se consolidar como uma relevante agremiação oposicionista do Paraná. Nessa época, o jogo partidário estadual era marcado pelo confronto entre os integrantes e dissidentes do grupo político que ascendeu ao comando do Governo do Paraná em 1930. Nesse cenário, a URP se tornou um refúgio para que os políticos remanescentes da época da Primeira República resguardassem alguma influência na vida partidária e nas instâncias locais do Poder Legislativo.

O segundo argumento comporta a afirmação de que apenas uma parcela de políticos veteranos ligados à URP era eleitoralmente competitiva. No pequeno rol de mandatários dessa agremiação, havia estreates nas disputas eleitorais. O referido partido contou com a presença de novatos que conseguiram suplantar a força eleitoral de indivíduos que, ao tempo da Primeira República, permaneceram por longos anos investidos em cargos eletivos. O surgimento da URP, portanto, não foi sucedido pela reabilitação das bases eleitorais de governistas decaídos.

O terceiro argumento salienta que a URP teve um desempenho eleitoral menos expressivo em relação ao de outros partidos estaduais compostos por lideranças governistas da época da Primeira República. A URP era, por exemplo, menos competitiva do que o Partido Republicano Mineiro e o Partido Republicano Paulista. A coexistência com outro partido de oposição impediu que a URP mantivesse uma disputa mais acirrada com os novos representantes do situacionismo paranaense.

Os estudos históricos têm avançado na abordagem de temas referentes à vida política da Era Vargas. Um avanço diz respeito às mudanças na composição dos quadros partidários estaduais a partir de 1931. Foi em tal ano que ocorreu reorganização dos partidos políticos no Brasil. Essa linha de investigação propicia o entendimento sobre as origens e impactos das cisões ocorridas nos partidos. Tal corrente de abordagem também favorece o entendimento das formas de ação eleitoral e parlamentar de grupos políticos minoritários (LAPUENTE, 2016; MOURELLE, 2015; SILVA, SILVA, 2015). Uma contribuição essencial dessas análises consiste em evidenciar o grau de polarização partidária em diferentes estados.

Tais estudos se enquadram em uma linhagem de análises que salientam a marcante polarização política existente em estados como o Rio Grande do Sul e São Paulo. Mais

precisamente, essas abordagens evidenciam que o início da Era Vargas foi marcado por disputas partidárias mais acirradas em relação àquelas que existiram na Primeira República (NOLL, TRINDADE, 1991; PRADO, 1986).

Outro avanço no estudo sobre a ação política de elites estaduais dos anos 1930 é propiciado pela atenção ao envolvimento de chefes partidários da época da Primeira República em esquemas de nomeações para cargos comissionados. Tal perspectiva de análise permite destacar que os membros dessas elites não estiveram, em todos os casos, proscritos das esferas da administração pública a partir da ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República. Ao contrário, tais membros conseguiram se acomodar em posições centrais de órgãos administrativos de estados como o Paraná (DAGOSTIM, 2011). Trata-se, assim, de uma contribuição para o entendimento dos fatores que possibilitaram a permanência de antigos chefes partidários em agências do Estado.

Porém, há dois temas referentes à vida política brasileira que não têm auferido maior atenção. Um tema diz respeito à organização interna dos partidos estaduais que surgiram no início dos anos 1930. A falta de uma abordagem renovada sobre tal assunto impede o entendimento de distinções entre os modelos de gestão partidária que vigoraram na Primeira República e na época do Governo Provisório de Getúlio Vargas. Os estudos acerca da fundação, composição do quadro de lideranças e ação eleitoral de partidos estaduais da referida década permanecem marcados pelo caráter panorâmico (MOTTA, 2008).

Tal situação impõe limites para o entendimento das diferenças entre os componentes de um partido no que concerne aos seus percursos políticos, origem social e competitividade eleitoral. Há limitada ênfase para a compreensão de diferenças quanto à estrutura e ao funcionamento das agremiações que se acomodaram no campo oposicionista de seus estados. A análise aqui apresentada salienta as distinções sociais existentes no quadro de membros de URP. Assim, cumpre demonstrar que tais distinções são evidências do aparecimento de novos personagens no cenário partidário do Paraná.

Este artigo busca evidenciar que o aparecimento dessas diferenças, no interior da URP, era um indício da adaptação de antigos chefes partidários a um novo momento político. Essa adaptação consistiu em conceder espaço a indivíduos oriundos de diversos grupos profissionais. Conforme demonstrado no curso desta análise, tal concessão foi uma prática inerente a partidos criados em diferentes estados no curso dos anos 1930. Portanto, o

presente trabalho identifica os critérios empregados pelos políticos veteranos da URP para preencher as suas chapas de candidatos.

O segundo tema pouco desenvolvido nos estudos sobre a vida política do Brasil dos anos 1930 é o desempenho eleitoral dos partidos. A falta de abordagens comparativas acerca desse desempenho impede o conhecimento das diferenças que existiram quanto à força eleitoral de agremiações lideradas por indivíduos que atuaram como políticos governistas ao tempo da Primeira República. No presente artigo, o comparativo entre resultados de eleições ocorridas nos estados de Minas Gerais, Paraná e São Paulo em 1934 permite ressaltar que havia desigualdades entre os políticos veteranos de distintos estados no que concerne à sua competitividade eleitoral. Eles não possuíam análoga capacidade de enfrentar os novos partidos situacionistas.

Cumprido ressaltar, por fim, que nesta investigação são empregados procedimentos de análise inspirados na prosopografia. Essa metodologia consiste na análise de trajetórias coletivas. O arrolamento de informações acerca dessas trajetórias propicia a identificação de elementos comuns aos membros de um determinado grupo. A prosopografia surge como uma abordagem fundamental para a identificação de aspectos típicos aos indivíduos que constituíram organizações como os partidos. O levantamento massivo de informações concernentes à origem social, atuação profissional e atividade política possibilita a construção de um detalhado retrato de grupo (CHARLE, 2006; STONE, 2011).

No âmbito dos estudos políticos, o método prosopográfico propicia o reconhecimento de semelhanças entre os membros de uma organização partidária quanto aos seus processos de ingresso e mobilidade no jogo eleitoral. Tal método é crucial para evidenciar os padrões de carreiras que foram inerentes a indivíduos que pertenceram a uma mesma geração e se dedicaram a análogos projetos políticos. Em última instância, a prosopografia é operacional para reconhecer os elementos comuns aos percursos de indivíduos que pertenceram a partidos e a esferas da administração pública (FERRARI, 2010; MICELI, 2001).

Tal perspectiva de abordagem possibilita reconhecer aspectos convergentes das carreiras políticas dos indivíduos que atuaram como próceres da oposição paranaense no começo dos anos 1930. Essa abordagem permite salientar a natureza do vínculo que eles mantiveram com a ordem governista do Paraná ao tempo da Primeira República. Essa

metodologia também favorece o reconhecimento das estratégias que esses veteranos adotaram quando tentaram retornar à cena política estadual.¹

Em um sentido amplo, o estudo desenvolvido neste artigo busca contribuir para o avanço de um tema da história política nacional. Esse tema é o da ação eleitoral das elites regionais em um contexto de mudanças institucionais. Conforme René Rémond, a história política foi anatematizada como uma área de estudo voltada à análise de minorias privilegiadas. No entendimento dos seus críticos, os estudos políticos se revestiam de um caráter factual, idealista e elitista.

Contudo, tal área de estudo experimentou uma renovação. Por consequência, o escopo da *nova História Política* não é limitado à compreensão da atividade eleitoral dos *notáveis* de determinada localidade. De acordo com Rémond, essa mudança possibilitou que os novos estudos contemplassem “todos os atores – mesmo os mais modestos – do jogo político” (RÉMOND, 1998, p. 33). Rémond destacou que a história política renovada busca compreender a sociedade em perspectiva global. Tal linha de abordagem se caracteriza pela atenção à complexa composição social do jogo político e às multifacetadas formas de interação entre os participantes desse jogo.

Um elemento basilar da história política sustentada por Rémond consiste no reconhecimento da relação entre as esferas política, econômica, social e cultural. Esse reconhecimento é decisivo para a investigação de temas como o comportamento eleitoral e o funcionamento dos partidos (RÉMOND, 2003).² Neste artigo, a análise de aspectos como as

¹ As informações empregadas na confecção desta análise são provenientes de jornais editados nas cidades de Curitiba e do Rio de Janeiro. O emprego desses jornais possibilitou a reunião de informações concernentes às nomeações para os cargos comissionados que os membros da URP conquistaram ao longo da Primeira República. Tal emprego também propiciou a obtenção de informações referentes aos resultados de eleições ocorridas no Paraná nos anos de 1933 e 1934. A relação dos periódicos utilizados neste trabalho e a informação sobre o acesso a essas fontes estão contidas nas *Referências* deste artigo.

² Cumpre reconhecer que, no Brasil, estudos de história política tem experimentado uma renovação. Essa renovação é não apenas tributária da linha de abordagem desenvolvida por Réne Rémond. Ela também decorre das reflexões sobre a *história do político*, cujo expoente é Pierre Rosanvallon (ROSANVALLON, 2010). As investigações acerca da origem e institucionalização de sistemas de governo representativo são centrais em tal vertente de análise. Por conseguinte, uma contribuição dessa corrente de estudo reside na investigação da história de projetos de organização política e social. As discussões empreendidas nessa área têm possibilitado novos entendimentos sobre os modelos de Estado concebidos pelas elites políticas em épocas como a Primeira República e a Era Vargas (LYNCH, 2014; SERRATTO, 2008). Em resumo, há recentes inovações no estudo sobre a natureza dos projetos de elites regionais e de personagens da política nacional. Entretanto, a historiografia permanece carente de análises concernentes aos processos de formação e desaparecimento de partidos regionais. Comumente, os mentores desses projetos não são encarados como dirigentes partidários responsáveis pela aplicação de medidas para a estruturação de diretórios e o recrutamento de correligionários. Há pouca

ligações familiares, o perfil profissional e a condição econômica dos membros da URP permite salientar a posição que tais indivíduos ocuparam na vida social e na dinâmica política paranaense dos primeiros anos da Era Vargas. A atenção a esses aspectos também possibilita destacar os limites da renovação no quadro partidário regional.

Nesse âmbito, o estudo sobre um partido de veteranos como a URP não implica negligenciar a compreensão acerca da emergência de novos atores na cena política do Brasil dos anos 1930. Ao contrário, a realização dessa análise permite compreender as formas de adaptação de antigas elites dirigentes a um cenário partidário mais diversificado. Trata-se de identificar as formas pelas quais esses veteranos buscaram cooptar indivíduos enraizados em distintas camadas da sociedade. A investigação das atividades eleitorais da URP subsidia o reconhecimento de diferenças regionais quanto ao modo de envolvimento de elites regionais com os novos personagens do jogo político.

Portanto, cumpre investigar os fatores do sucesso e do malogro das iniciativas dessas elites para se aproximar dos representantes de diferentes setores profissionais. O resultado dessas iniciativas permite identificar as dificuldades encontradas por políticos veteranos como os da URP para estruturarem uma agremiação e retornaram às disputas eleitorais.

A retomada da atuação partidária de situacionistas decaídos: o contexto político paranaense no princípio da Era Vargas (1932-1934)

O estudo sobre a retomada das eleições no Paraná, no início dos anos 1930, demanda a fundamentação de três constatações. Primeiro, cumpre salientar que, nessa época, o grupo governista estava cindido. Os situacionistas desse estado eram combatidos por uma parcela de seus antigos aliados, bem como por remanescentes da agremiação dominante da época da Primeira República. Convém demonstrar que tal situação gerou uma disputa entre partidos de oposição mais acentuada do que a existente em estados como Minas Gerais e São Paulo.

A recriação de agremiações partidárias, no Paraná, foi iniciada em 1931. Nesse ano, houve o surgimento do Partido Liberal Paranaense (PLP). Essa grei era formada por apoiadores do general Mário Tourinho (1871-1964), que à época era interventor federal no estado (O DIA,

ênfase na compreensão das mudanças ocorridas na vida interna das agremiações a partir da Revolução de 1930. Portanto, este artigo se ocupa da tarefa de evidenciar os modelos de gestão partidária e as formas de ação eleitoral de políticos veteranos que resguardaram um rol de apoiadores nos anos seguintes ao fim da Primeira República.

16 ago. 1931, p. 1). Em tal ano, ainda não acontecera a retomada as eleições e a reabertura das instituições legislativas. Esses acontecimentos datam de 1933. Portanto, na época de sua fundação o PLP atuou como uma entidade privada dedicada a promover atividades assistenciais. Em outubro de 1931, por exemplo, os dirigentes da agremiação criaram uma escola noturna na cidade de Curitiba, capital do Paraná (O DIA, 2 out. 1931, p. 1). Assim, a fundação do PLP foi uma iniciativa destinada a manter politicamente unidos os indivíduos que participaram da Revolução de 1930.

A mudança no comando do governo do Paraná ocasionou uma dissidência no grupo situacionista. Tourinho foi removido do cargo de interventor em dezembro do mencionado ano. Ele foi substituído por Manuel Ribas (1873-1946). Contudo, os partidários de Tourinho permaneceram no controle do PLP (CORREIO DA MANHÃ, 19 abr. 1933, p. 2).

O dirigente desse partido era o industrial Joaquim Pereira de Macedo (1858-1949), que pertenceu ao grupo situacionista do Paraná da Primeira República. A absorção de Macedo pelo grupo dos apoiadores de Getúlio Vargas ocorreu durante as eleições de 1930 (A REPÚBLICA, 10 abr. 1930, p. 3). O PLP não era constituído apenas por antigos apoiadores do presidente da República. Ele também era formado por egressos do Partido Republicano Paranaense (PRP), que foi a agremiação dominante no estado nos anos anteriores à Revolução de 1930.

Ao divulgarem o *Manifesto* de fundação do PLP, os líderes da grei salientaram sua discordância com o fato de o novo interventor do estado se aliar a políticos que haviam atuado como situacionistas durante a Primeira República. Nesse documento, os chefes do PLP ressaltaram que eram contrários à acomodação de seus adversários nas esferas da administração pública: “[O interventor federal Manuel Ribas] começou a colocar no Governo [...] os antigos fraudadores, colaboradores de todas as tranquiernas dos governos passados” (CORREIO DO PARANÁ, 9 abr. 1932, p. 1).

Desse modo, cumpre salientar que o primeiro grupo de oposição a surgir no Paraná, após a Revolução de 1930, era formado por indivíduos que não conquistaram relevantes posições na administração pública, a despeito do apoio prestado à campanha presidencial de Vargas. A demissão de Mário Tourinho do cargo de Interventor Federal do Paraná foi uma evidência da perda da influência política do grupo que implantou o PLP.

A perda dessas posições não ocorreu apenas nos órgãos do Poder Executivo. Os membros do PLP também perderam espaço nas nomeações para o Poder Judiciário. Em 1932, por exemplo, o *Correio do Paraná*, jornal ligado ao PLP, criticou a readmissão de Artur da Silva Leme ao posto de desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Paraná. Ele fora exonerado desse cargo pelo interventor Mário Tourinho em 1930 (CORREIO DO PARANÁ, 22 abr. 1932, p. 1). No entendimento dos redatores desse periódico, o retorno de Leme à magistratura era um indício da conquista de espaço, nos órgãos do Estado, pelo grupo político destituído em 1930. A primeira dissidência ocorrida no Paraná, no começo da Era Vargas, foi derivada da disputa entre os situacionistas por maior espaço na administração estadual.

Uma das estratégias de difusão da mensagem política do PLP consistiu na fundação, em 1932, do jornal *Correio do Paraná*. Tal publicação se ocupava de fustigar a gestão de Manuel Ribas. Ela também possuía a tarefa de defender o legado administrativo de Mário Tourinho. O mencionado jornal, por exemplo, considerava que as medidas tomadas por Tourinho quanto ao problema da dívida do Governo do Paraná eram mais eficazes em relação às adotadas pelo seu sucessor (CORREIO DO PARANÁ, 18 abr. 1932, p. 1). Em síntese, a referida dissidência foi motivada pelo confronto entre aliados de primeira hora da candidatura de Vargas e os adesistas, os quais tiveram passagens pelos partidos estaduais da Primeira República.

De sua parte, a grei situacionista no estado assumiu a denominação de Partido Social Democrático (PSD). Criado em 1933, esse partido tinha a tarefa de conceder apoio político ao interventor Manuel Ribas (OLIVEIRA, 1997). Em verdade, nessa época houve, em diferentes estados, a fundação de agremiações estaduais que utilizaram a sigla *PSD*. Por um lado, essas agremiações se aproximavam pelo fato de que se tornaram apoiadoras do Governo Federal e dos interventores estaduais. Por outro lado, elas se distinguiam em razão de disporem de plena autonomia administrativa.³ Essas unidades do PSD eram agremiações regionais que se assemelhavam em decorrência de sua condição de governistas. Dessa forma, uma semelhança entre a vida partidária do fim da Primeira República e da época do Governo Provisório de Getúlio Vargas residia no predomínio político dos partidos estaduais (LEVINE, 1980).

³ Além do Paraná, houve, no ano de 1933, a implantação de agremiações denominadas de *PSD* nos estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Esses partidos não dispunham apenas de autonomia para a construção de seu próprio modelo de governo de diretórios. Eles também tinham a faculdade de elaborar o seu próprio repertório de propostas (RAMOS, 1993).

A segunda constatação diz respeito ao fato de que, ao buscarem retornar à cena política, os indivíduos que atuaram como governistas durante a Primeira República não conseguiram contar com a adesão da totalidade dos próceres do PRP. Os governistas paranaenses destituídos de seus cargos em 1930 não estavam unidos ao tempo da retomada das disputas eleitorais.

A esse respeito, cabe destacar que data de fins de 1932 o início da restauração do PRP (GAZETA DO POVO, 24 nov., 1932, p. 1). Nessa época, dois ex-governadores do Paraná não encamparam o projeto de reativar a grei. Um desses ex-governadores, Afonso Alves de Camargo (1873-1958), estava com seus direitos políticos suspensos (CORREIO DA MANHÃ, 10 dez. 1932, p. 1). Esse bacharel era o chefe do Poder Executivo paranaense quando ocorreu a Revolução de 1930. Por consequência, foi deposto do cargo (ABREU, 2015). O outro ex-governador, Caetano Munhoz da Rocha (1873-1944), estava afastado lides partidárias. Retornou à cena política em 1934 (DIÁRIO DA TARDE, 2 jul. 1934, p. 1).

A iniciativa da recriação do PRP coube ao ex-senador Marins Alves de Camargo (1882-1962), irmão de Afonso Camargo. Para tanto, promoveu a reorganização de diretórios municipais e coordenou a formação de uma chapa de candidatos à Assembleia Nacional Constituinte (DIÁRIO DA TARDE, 9 jan. 1933, p. 1). Tal informação permite salientar que o campo oposicionista do Paraná, no início dos anos 1930, não foi marcado pela liderança de políticos emergentes. Esse campo era controlado por indivíduos que pertenciam a parentelas que, desde a época em que os partidos monárquicos estavam em atividade, ocuparam posições centrais no quadro político paranaense (GOULART, 2008; GRANATO, 2019).

A atividade política das parentelas do Paraná guarda semelhanças com a de diferentes oligarquias regionais no contexto da primeira metade do século XX. Um elemento intrínseco a essas oligarquias era o enraizamento de seus membros em diferentes agências do Estado. Esses membros estavam acomodados em cargos municipais, estaduais e nacionais. Havia uma divisão de tarefas políticas no interior dessas famílias. Tais parentelas se caracterizavam pela longevidade de sua presença nos distintos graus da hierarquia das instituições políticas e administrativas. Uma tarefa capital dos líderes partidários dessas parentelas consistia em assegurar o permanente controle de seus familiares sobre os órgãos da administração pública (LEWIN, 1993).

As análises políticas têm demonstrado que o envolvimento de integrantes de oligarquias estaduais com o Governo Vargas se tornou mais frequente no fim dos anos 1930. A inclusão desses integrantes em esquemas de preenchimento de funções comissionadas foi um modo de aquele governo conquistar o apoio de antigos adversários, sobretudo os que atuavam como lideranças políticas regionais. Tal inclusão ocorreu em estados como São Paulo. Nesse período, portanto, a adesão ao situacionismo foi um aspecto inerente ao destino político de uma parte dos chefes partidários que tentaram empreender uma oposição ao grupo que ascendeu ao comando dos governos estaduais a partir da Revolução de 1930 (CODATO, 2008).

No princípio da Era Vargas, houve dois comportamentos típicos à elite paranaense destituída em 1930. Um comportamento consistiu em aderir rapidamente ao novo governo. Essa adesão garantiu a políticos destituídos a nomeação para cargos públicos. Outro comportamento foi o adotado pelos fundadores da URP. Eles criaram uma agremiação para combater os novos situacionistas. Todavia, a dissolução dos partidos promovida pelo Estado Novo foi acompanhada pela absorção de oposicionistas aos esquemas locais de nomeações. Os membros desses dois grupos se diferenciaram apenas pelo ritmo por meio do qual foram absorvidos pelo grupo situacionista, o qual sustentava politicamente o interventor federal. Em última análise, as parentelas da elite paranaense tiveram uma breve atuação no campo oposicionista. A implantação do Estado Novo marcou o seu retorno à ordem governista.⁴

Em última análise, essas parentelas atravessaram distintos contextos sem experimentar decisiva redução de sua influência política (OLIVEIRA, 2001). Nos anos 1930, elas ainda possuíam um grau de influência suficiente para angariar cargos públicos e participar da gestão de diretórios partidários. No início da Era Vargas, não houve substancial modificação quanto à natureza da atuação político-institucional de uma parcela da antiga elite dirigente do estado.⁵ A referida época foi marcada pelo convívio de veteranos com políticos novatos que estavam eleitoralmente fortalecidos. A vitória da maior parte dos candidatos das chapas

⁴ A esse respeito, convém destacar que, após a dissolução da URP, o ex-presidente dessa agremiação aderiu ao Governo Vargas. Nesse âmbito, cumpre destacar que no fim dos anos 1930 Caetano Munhoz da Rocha pertenceu ao Conselho Administrativo do Paraná, um órgão de assessoramento do interventor federal (DAGOSTIM, 2011).

⁵ Para fundamentar essa afirmação, cumpre destacar o caso de Manuel de Alencar Guimarães (1865-1940), senador pelo Paraná de 1908 a 1920. No contexto do Governo Provisório, ele e alguns de seus familiares conseguiram permanecer envolvidos em esquemas de nomeações para cargos públicos. No começo dos anos 1930, havia membros dessa parentela acomodados em postos do governo estadual, bem como em funções na Prefeitura de Ponta Grossa (DIÁRIO DA TARDE, 15 ago. 1934, p. 1).

do PSD foi uma evidência desse fortalecimento. De todo modo, nesse período os veteranos se distinguiram pela capacidade de assegurarem uma pequena presença nas instituições políticas locais.

Cumprir mencionar que as famílias Camargo e Munhoz estavam envolvidas na vida política paranaense desde a época do Segundo Reinado. Ao passo que os Camargo participaram do Partido Liberal, os Munhoz pertenceram ao Partido Conservador. Conforme evidenciado na segunda seção deste artigo, havia políticos novatos que pertenceram ao núcleo dirigente da URP. Todavia, eles formavam um grupo minoritário em relação à parcela dos políticos destituídos. Os expoentes dessa agremiação eram indivíduos que, havia décadas, estavam treinados em tarefas como a gestão de diretórios partidários. Esse treinamento foi um elemento peculiar a distintas gerações das famílias às quais os líderes da URP pertenceram (ALVES, 2014).

Um elemento inerente à atividade política das parentelas dos fundadores da URP era acomodar familiares em cargos públicos. Essa acomodação propiciava a esses familiares um treinamento em tarefas políticas e administrativas (GOULART, 2015). Dessa maneira, é factível situar o aparecimento dessa agremiação como uma iniciativa voltada à reabilitação da influência de oligarcas que encontraram em suas próprias parentelas o respaldo para se iniciarem nas lides partidárias.

Por outro lado, uma dificuldade enfrentada pela URP era a existência de outra agremiação oposicionista, a saber, o PLP. Essa situação difere daquela ocorrida em Minas Gerais e São Paulo. Em ambos os estados, também houve a reativação de diretórios de partidos governistas que estiveram em funcionamento nos anos anteriores à Revolução de 1930. O Partido Republicano Mineiro (PRM) e o Partido Republicano Paulista (PRP-SP) eram as principais forças oposicionistas de seus estados na época em que ocorreu a retomada das eleições no Brasil (LEVINE, 1980; PRADO, 1986; RAMOS, 1993).⁶ Analogamente ao caso do

⁶ Compete salientar outra diferença do PRP em relação ao PRM e ao PRP-SP. A diferença reside no fato de que os próceres do governismo mineiro e paulista da época da Primeira República participaram da retomada das atividades dos referidos partidos. No Paraná, a adesão de alguns próceres do extinto PRP foi mais tardia. Em Minas Gerais, por outro lado, os antigos membros do grupo governistas estavam politicamente coesos. O ex-presidente Artur Bernardes, por exemplo, liderou a reorganização do PRM (ABREU, 2015). De outra parte, em São Paulo, em 1933, o PRP aliou-se ao Partido Democrático (PD) para lançar uma chapa única e se tornar eleitoralmente mais competitivo. Após a extinção do PD, em 1934, o PRP fortaleceu a sua liderança sobre o campo oposicionista daquele estado (PRADO, 1986).

Paraná, em São Paulo também existiam partidos minoritários acomodados no campo da oposição. Porém, a força eleitoral das pequenas agremiações era muito inferior à do PRM e do PRP-SP.⁷

A terceira constatação, por fim, é referente ao desempenho eleitoral dos partidos estaduais então existentes no Paraná. Em 1933, houve uma eleição para as quatro vagas da bancada paranaense na Assembleia Nacional Constituinte. O resultado desse pleito evidenciou que os políticos identificados com a ordem governista da Primeira República não conseguiram criar um partido eleitoralmente forte para assegurar um espaço em uma instância do Poder Legislativo.

Nessa oportunidade, o PSD conseguiu eleger três deputados constituintes. O PLP elegeu um representante. O PRP também apresentou candidatos, os quais não foram bem-sucedidos no pleito. Nessa ocasião, a votação obtida pelos partidos estaduais do Paraná foi a seguinte: PSD, 14.888 (61,6%); PLP, 6.480 (26,8%); PRP, 2.789 (11,6%) (O DIA, 18 mai. 1933, p. 1). Tal resultado permite identificar uma mudança em relação ao cenário político do Paraná da Primeira República. Essa mudança consistiu no fato de que, pela primeira vez na história eleitoral do estado, os votos da oposição foram suficientes para impedir que os governistas obtivessem todas as vagas em disputa.

Houve marcantes distinções entre os partidos dominantes da época da Primeira República que ressurgiram no início dos anos na condição de opositores. Ao passo que o PRP não elegeu candidatos em 1933, o PRM e o PRP-SP asseguraram uma representação mínima na Assembleia Nacional Constituinte. O PRP-SP elegeu dez deputados constituintes. O PRM, por sua vez, elegeu seis representantes (ABREU, 2015). Conforme evidenciado no decorrer do presente trabalho, a agremiação dos governistas paranaenses destituídos pela Revolução de 1930 não obteve uma votação muito superior àquela conquistada pelo PSD. Dessa forma, os membros do PRP não exerceram pleno controle sobre o campo da oposição estadual.

Os dirigentes e candidatos da URP em 1934: aspectos de suas carreiras políticas

⁷ Além do PRP-SP, a oposição paulista também era representada pelas seguintes agremiações: Ação Integralista Brasileira, Aliança Socialista Liberal, Coligação Proletária, Federação dos Voluntários, Operários Camponeses. Dentre tais agremiações, apenas os integralistas e os socialistas conseguiram eleger deputados. Houve a eleição de um candidato integralista e outro socialista (O DIA, 27 out. 1934, p. 1). Conforme demonstrado na última seção deste artigo, o PRP-SP conquistou pouco mais de um terço das vagas nesse pleito.

A finalidade desta seção consiste em reconhecer o caráter heterogêneo da composição do núcleo dirigente e das chapas de candidatos da URP. Tal abordagem propicia o conhecimento das diferenças que existiram entre as carreiras políticas de remanescentes do partido dominante que funcionou no Paraná da Primeira República. Assim, cabe dedicar atenção ao processo de reorganização partidária ocorrido nesse estado após o pleito de 1933.

A derrota do PLP e do PRP nessa oportunidade gerou a dissolução de ambos os partidos. No ano seguinte, contudo, os remanescentes dessas agremiações se apresentaram às eleições legislativas por meio do vínculo a outras siglas. O nível de unidade entre os opositoristas foi suficiente para promover novas tentativas de instalação de diretórios municipais e de formação de chapas compostas por candidatos de distintas regiões do estado. Em relação à época da Primeira República, a vida política paranaense experimentou a elevação do grau de competitividade entre os partidos. Nesse âmbito, cumpre destacar que nas primeiras quatro décadas republicanas não houve no Paraná o funcionamento simultâneo de dois partidos de oposição (GOULART, 2008).

Houve membros do PLP que criaram o Partido Social Nacionalista (PSN). A presidência do diretório central dessa agremiação foi concedida ao citado Joaquim Macedo. A sigla *PSN* era adotada por outros partidos que funcionavam apenas em âmbito estadual. Tais agremiações se assemelhavam pelo fato de que eram compostas por apoiadores da campanha presidencial de Getúlio Vargas em 1930.⁸ A existência do PSN gerou dificuldades para a URP absorver os adversários do presidente Vargas.

A esse respeito, cabe destacar que o ex-senador Manuel de Alencar Guimarães optou por não ingressar na URP. Ele preferiu fazer oposição ao Governo Estadual na qualidade de membro do PSN (DIÁRIO DA TARDE, 22 set. 1934, p. 2). Guimarães se desligou do extinto PRP em 1914.⁹ Nos anos 1930, portanto, ainda perdurava o seu distanciamento dos líderes da ordem situacionista que vigorou no Paraná na época anterior à ascensão de Vargas à

⁸ Nesse período, no Estado do Rio Grande do Norte, estava em atividade um partido homônimo. A diferença entre o PSN-RN e o PSN-PR era que o primeiro não pertencia ao campo opositorista. Apesar de não ser o partido dominante, o PSN do Rio Grande do Norte concedeu apoio ao interventor federal que administrava esse estado (MARIZ, 1984). A aproximação entre os membros do PSN-PR e os governistas do Paraná foi oficializada em junho de 1937 (O DIA, 19 jun. 1937, p. 1), cinco meses antes da extinção dos partidos brasileiros.

⁹ Ao tempo da campanha presidencial de 1930, Alencar Guimarães exercia o cargo de Inspetor Consular para a América do Sul e Sul da África. Ele estava envolvido, portanto, com o governo do presidente Washington Luís. O ex-senador não foi um apoiador da candidatura Vargas. Por outro lado, nos anos finais da Primeira República ele permanecia afastado do partido governista do Paraná (ABREU, 2015).

Presidência. Tal distanciamento impediu que a URP incorporasse aos seus quadros um veterano que se mantinha eleitoralmente competitivo.

O caso de Manuel de Alencar Guimarães consiste em uma evidência de que, no Paraná dos anos 1930, foi possível a um político veterano regressar ao jogo eleitoral por meio da adesão a um partido criado por indivíduos que foram seus antagonistas durante a Primeira República. A aliança com antigos adversários lhe permitiu ocupar posições relevantes em um partido formado por apoiadores de primeira hora de Getúlio Vargas.¹⁰

De fato, houve integrantes do PRP que permaneceram politicamente organizados. Essa parcela de membros da oposição estadual promoveu a criação da URP. Porém, ao tempo do Governo Provisório ocorreu uma mudança de comando no grupo político formado por egressos do extinto PRP. Tal mudança decorreu do fato de que o citado Caetano Munhoz da Rocha, cujo mandato de senador foi interrompido em 1930, voltou ao cenário político na condição presidente da URP. Marins Camargo perdeu a condição de líder maior da oposição e assumiu o posto de secretário do novo partido (DIÁRIO DA TARDE, 2 jul. 1934, p. 1). O citado Afonso Camargo, que pertenceu ao núcleo dirigente do PRP, não participou do projeto de implantar a URP (DIÁRIO DA TARDE, 4 ago. 1934, p. 1).

Dessa forma, no início dos anos 1930 vigorava uma situação iniciada nos anos finais da Primeira República. Tal situação era o antagonismo entre Camargo e Munhoz da Rocha.¹¹ Ao mesmo tempo, cumpre salientar que o contexto correspondente à época do Governo Provisório foi marcado pelo insucesso da tentativa dos gestores da URP de promoverem a unidade do campo oposicionista no estado. A esse respeito, cabe salientar que, às vésperas da implantação dessa grei, os seus dirigentes buscavam estruturá-la por meio da fusão com outros partidos. No entanto, esse projeto não prosperou (O DIA, 5 jul. 1934, p. 1).

A URP foi um espaço para a emergência de novos personagens na cena política do Paraná. Mais precisamente, o início dos anos 1930, nesse estado, foi marcado pela redução da força eleitoral de próceres do partido dominante na Primeira República. Esse contexto

¹⁰ Filiado ao PSN, Manuel de Alencar Guimarães foi eleito deputado estadual do Paraná em 1934. No ano seguinte, tornou-se membro do diretório estadual desse partido (O DIA, 5 set. 1934, p. 8).

¹¹ Em 1927, esse antagonismo motivou Munhoz da Rocha a articular a criação de um partido no qual pudesse exercer plena influência (O DIA, 4 nov. 1927, p. 2). Esse partido, ao final, não foi criado. O pertencimento de Munhoz da Rocha ao PRP lhe foi útil para conquistar um mandato de senador em 1928. Nessa época, portanto, o grupo governista do Paraná era composto pelos *afonsistas*, que apoiavam o ex-governador de Afonso Camargo, e pelos *munhozistas*, que conferiram sustentação política a Munhoz da Rocha (O DIA, 21 mar. 1927, p. 2).

também foi caracterizado pela consolidação da força eleitoral de indivíduos que, nos anos anteriores à Revolução de 1930, exerceram apenas cargos comissionados estaduais.

O reconhecimento das alas em que se dividia a cúpula da URP exige a atenção ao Quadro 1. Nele, é possível identificar a coexistência de diferentes gerações de correligionários. Trata-se de argumentar, portanto, que o grupo político ligado ao extinto PRP passava por uma renovação. Tal processo foi marcado pelo declínio da força eleitoral de alguns dos membros do grupo de veteranos da URP.

Quadro 1 – Atuação política e profissional dos membros da Comissão Executiva da União Republicana Paranaense (época da Primeira República)¹²

Nome	Município de residência	Região do Estado do Paraná	Ocupação	Total de cargos comissionados	Total de mandatos no Poder Legislativo	Total de mandatos no Poder Executivo
Artur da Silva Leme	Curitiba	Primeiro planalto	Advogado	3	0	0
Artur Ferreira dos Santos	Curitiba	Primeiro planalto	Advogado	4	0	0
Bernardo Sávio	Ponta Grossa	Segundo planalto	Negociante	0	0	0
*Caetano Munhoz da Rocha	Curitiba	Primeiro planalto	Médico	1	8	5
Dídio Iratim Afonso da Costa	Paranaguá	Litoral	Militar	0	4	1
Hostílio César de Souza Araújo	Curitiba	Primeiro planalto	Advogado	1	0	0
João da Silva Sampaio	Lapa	Primeiro planalto	Negociante	0	11	0
João Moreira Garcez	Curitiba	Primeiro planalto	Engenheiro Civil	2	2	2
Lindolfo Pessoa da Cruz Marques	Curitiba	Primeiro planalto	Advogado	4	4	0
Luís de Albuquerque Maranhão	Curitiba	Primeiro planalto	Advogado	6	1	1
Manuel de Oliveira Franco	Curitiba	Primeiro planalto	Advogado	6	5	0
Marins Alves de Camargo	Curitiba	Primeiro planalto	Advogado	3	4	1
Plínio Gonçalves Marques	Curitiba	Primeiro planalto	Advogado	0	7	0

¹² Presidente da Comissão Executiva do partido.

Vespasiano Carneiro de Mello	Castro	Segundo planalto	Negociante	0	2	0
------------------------------------	--------	---------------------	------------	---	---	---

Fontes: *A República* (PR); *Diário da Tarde* (PR); *Diário do Comércio* (PR); *Gazeta do Povo* (PR); *O Dia* (PR).

A análise do Quadro 1 permite salientar que a criação da URP evidenciou a existência, quatro anos após o fim da Primeira República, de uma unidade entre parte dos membros do extinto partido dominante do Paraná. Assim, a maior parte dos dirigentes da agremiação era composta por indivíduos que, em virtude de sua filiação ao PRP, havia conquistado sucessivos mandatos eletivos e cargos comissionados.

Verifica-se, pois, um aspecto convencional nas carreiras políticas que esses dirigentes construíram até o ano de 1930. A semelhança entre tais carreiras decorre do fato de que foram desenvolvidas prioritariamente em instâncias administrativas estaduais, bem como em esferas locais do Poder Legislativo. A inclinação para o desenvolvimento de uma carreira voltada à atuação em instituições estaduais não era uma peculiaridade apenas da elite que controlou a política paranaense até o ano de 1930. Ao tempo da Primeira República, tal característica também foi inerente às trajetórias dos situacionistas do Estado de São Paulo (LOVE, 1982).

Havia uma segunda categoria de dirigentes da URP. Ela era composta por correligionários radicados em municípios do interior do Paraná. Na época da Primeira República, eles não desempenharam relevante papel no cenário partidário. De todo modo, a presença de tais indivíduos no diretório central da URP permite afirmar que uma estratégia aplicada por essa grei era se enraizar em áreas distantes da capital do estado. Assim, um objetivo primordial da agremiação consistia em manter uma atividade permanente do partido por meio da expansão de unidades locais.

Um dos dirigentes da URP, Lindolfo Pessoa (1882-1940), salientou que um objetivo capital do partido era formar um rol de apoiadores nas cidades do interior. Era necessário manter correligionários organizados para executar a tarefa de atrair filiados. Em entrevista concedida ao jornal curitibano *O Dia*, em julho de 1934, ele fez a seguinte afirmação: “A meu ver, porém, a maior garantia do nosso êxito eleitoral está na dedicação dos chefes locais” (*O DIA*, 5 jul. 1934, p. 1).

Nesse âmbito, o projeto dos dirigentes da URP era marcado pelo objetivo de instalar diretórios em pequenas jurisdições, a exemplo dos distritos municipais. Cabe salientar que,

em setembro de 1934, houve a criação de um diretório da URP no distrito de Antônio Olinto, o qual, à época, pertencia ao município de Rio Negro (DIÁRIO DA TARDE, 24 set., 1934, p. 2). Ao regressarem ao jogo eleitoral, os próceres da URP conservaram a faculdade de mobilizar lideranças municipais dotadas da influência necessária para organizar um diretório e atrair correligionários.

As lideranças locais do partido foram os agentes capitais da tarefa de recrutar correligionários e assegurar o funcionamento permanente da grei. Dentre os dirigentes da URP oriundos do interior do Paraná, cabe destacar o caso de Bernardo Sávio. Ele participou da criação do Partido Social Democrático na cidade de Ponta Grossa, em 1933. Porém, se desligou dessa agremiação em meados do ano seguinte (DIÁRIO DA TARDE, 18 jul. 1934, p. 1). Tal informação permite salientar que a URP não foi apenas o refúgio de políticos destituídos em 1930. Ela também abrigou indivíduos que mantiveram ligações com o grupo governista constituído a partir da ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República. Os chefes da URP cooptaram situacionistas que não ascenderam na vida interna do partido oficial. Realizado na presente seção, o estudo do Quadro 2 permite corroborar esta constatação.

O Quadro 1 evidencia a existência de uma terceira categoria de dirigentes da URP. Tal categoria era composta por indivíduos que residiam na capital paranaense e não haviam disputado eleições até o início dos anos 1930. Tais informações, por um lado, permitem destacar que os próceres do extinto PRP não mantiveram um controle absoluto sobre o comando da agremiação. Houve, pois, um pequeno espaço para a ascensão de novatos a posições centrais na administração do partido. Por outro lado, é necessário reconhecer que essa ascensão era decorrente de precisos critérios.

Um critério para a absorção desses novatos era ter exercido cargos públicos. Ou seja, essa nova geração de dirigentes partidários já possuía experiência em assuntos administrativos. Por meio do envolvimento em esquemas de nomeações, os membros dessa geração desempenharam funções comissionadas nos anos finais da Primeira República. Este foi o caso de Artur Ferreira dos Santos (1894-1972), chefe de Polícia do Paraná de 1928 a 1929. Foi nomeado pelo governador Afonso Camargo. Nessa época, tal cargo era o principal posto na área de Segurança Pública do estado (ABREU, 2015).

O outro critério para ser integrado à Comissão Executiva da grei era o pertencimento a uma parentela atuante na vida política. Nessa categoria de dirigentes, encontra-se Hostílio

César de Souza Araújo (1893-1965). Tal indivíduo era irmão de Hildebrando César de Souza Araújo, que pertenceu ao PRP e foi deputado estadual do Paraná por seis legislaturas à época da Primeira República (GOULART, 2008). Cumpre demonstrar que os fundadores da URP se distinguiram entre si em virtude da capacidade de formarem uma consistente base eleitoral. O estudo das carreiras políticas e das origens sociais dos candidatos da URP exige, inicialmente, a atenção às informações do Quadro 2.

Quadro 2 – Atuação política e profissional dos candidatos da União Republicana Paranaense a deputado estadual (época da Primeira República)¹³

Nome	Município de residência	Região do Estado do Paraná	Ocupação	Total de cargos comissionados	Total de mandatos no Poder Legislativo	Total de mandatos no Poder Executivo
*Alcides Pereira Júnior	Irati	Segundo planalto	Advogado	1	0	0
Antônio Alceu de Araújo	Guarapuava	Terceiro planalto	Médico	0	0	0
Antônio Alves de Mello Feitosa	Guarapuava	Terceiro planalto	Engenheiro Civil	0	0	0
Aramis Taborda Ataíde	Curitiba	Primeiro planalto	Médico	0	2	0
Bernardo Milléo	Piraí do Sul	Segundo planalto	Farmacêutico	0	2	0
*Caetano Munhoz da Rocha	Curitiba	Primeiro planalto	Médico	1	8	5
*Carlos Ribeiro de Macedo	Ponta Grossa	Segundo planalto	Médico	0	0	1
César Lamenha de Siqueira	Ponta Grossa	Segundo planalto	Advogado	1	0	0
Edmundo Mercer Júnior	Tibagi	Segundo planalto	Advogado	1	0	0
Elias Karam	Curitiba	Primeiro planalto	Estudante	0	0	0
Eduardo Xavier da Silva	Jaguariaíva	Segundo planalto	Fazendeiro	1	0	0
Eugênio Ricetti	Ponta Grossa	Segundo planalto	Ferroviário	0	0	0
Floriano Peixoto Redler	Curitiba	Primeiro planalto	Militar	0	0	0

¹³ Eleito deputado estadual em 1934.

Francisco Sinke Ferreira	Palmeira	Segundo planalto	Médico	0	0	0
Francisco de Paula Leite	Ribeirão Claro	Terceiro planalto	Médico	0	1	0
Gilberto de Araújo Santos	Curitiba	Primeiro planalto	Advogado	6	0	0
Heitor Soares Gomes	Antonina	Litoral	Engenheiro Civil	0	2	3
Hugo Antônio de Barros	Curitiba	Primeiro planalto	Advogado	0	2	0
João Alves da Rocha Loures	Curitiba	Primeiro planalto	Advogado	0	0	0
João Ernesto Lisboa	Jacarezinho	Terceiro planalto	Fazendeiro	0	0	0
*Laertes de Macedo Munhoz	Curitiba	Primeiro planalto	Advogado	1	0	0
*Lindolfo Pessoa da Cruz Marques	Curitiba	Primeiro planalto	Advogado	4	4	0
Manuel de Oliveira Franco	Curitiba	Primeiro planalto	Advogado	6	5	0
Newton de Souza e Silva	Ponta Grossa	Segundo planalto	Advogado	1	0	0
Pedro Kaled	Castro	Segundo planalto	Advogado	0	0	0
Raul de Almeida	Rio Negro	Segundo planalto	Industrial	0	0	0
Renato Gurgel do Amaral Valente	Curitiba	Primeiro planalto	Servidor público estadual	0	0	0
Renato Ticoulat	Cambará	Segundo planalto	Advogado	0	0	0
Roque Vernalha	Paranaguá	Litoral	Médico	1	0	0
Serafim França	Curitiba	Primeiro planalto	Advogado	3	0	0

Fontes: *A República* (PR); *Diário da Tarde* (PR); *Diário do Comércio* (PR); *Gazeta do Povo* (PR); *O Dia* (PR).

A análise das informações contidas no Quadro 2 possibilita a fundamentação de duas afirmações. Primeiro, cumpre salientar que dois dos cinco indivíduos que se elegeram deputados estaduais pela URP não haviam exercido cargos eletivos até o ano de 1934. Nesse contexto, a parcela majoritária dos antigos membros do PRP não conseguiu um mandato à Assembleia Legislativa no Paraná. Em grande medida, os veteranos eleitoralmente mais fortes eram aqueles que controlavam a Comissão Executiva do partido. Caetano Munhoz da Rocha e Lindolfo Pessoa pertenceram ao grupo de gestores do extinto PRP (A REPÚBLICA, 10 jan.

1930, p. 3). Os veteranos mais competitivos possuíam longa experiência na condução de diretórios partidários e de campanhas eleitorais. Os membros da elite dirigente do PRP tiveram mais sucesso no retorno ao jogo eleitoral do que os seus correligionários que ocuparam posições menos proeminentes na cena política ao tempo da Primeira República.

Na mencionada entrevista ao periódico *O Dia*, Lindolfo Pessoa destacou que a URP buscava formar um núcleo dirigente marcado pela coexistência de veteranos e novatos: “Contamos com a colaboração de homens de real prestígio e com um pugilo de moços de inteligência, cultura, caráter e grande dedicação à causa pública” (O DIA, 5 jul. 1934, p. 1). Dessa maneira, quando retornaram à cena política, os próceres do extinto PRP tentaram angariar apoios junto a indivíduos recém-ingressos no jogo eleitoral.

Por outro lado, o limite da atuação política da maior parte de políticos destituídos no Paraná da Primeira República consistiu em se acomodarem na qualidade de dirigentes partidários. O domínio sobre a gestão da URP, no entanto, não foi acompanhado pela conquista de expressiva base eleitoral. No período em tela, essa agremiação se tornou a sigla por meio da qual uma nova geração de bacharéis residentes na capital paranaense ingressou na vida partidária.

A segunda constatação diz respeito às diferenças dos perfis sociais dos componentes das chapas de candidatos a deputado estadual pela URP. De fato, a maior parte desses postulantes aproximava-se em virtude de fatores como a posse de um diploma de ensino superior e o exercício de cargos comissionados ao tempo da Primeira República. Havia, entretanto, uma minoria de candidatos identificada com outros setores da sociedade. Trata-se de demonstrar que a presença dessa minoria na chapa da URP foi uma iniciativa dos líderes do partido para ampliar a capilaridade social da agremiação. As informações presentes no Quadro 2 permitem destacar a coexistência, na lista de candidatos do partido, de três categorias de novatos nas lides políticas.

Uma categoria era representada pelo ferroviário Eugênio Ricetti. Nos anos finais da Primeira República, fora um apoiador do PRP. Naquele contexto, Ricetti não foi incluído em uma chapa de candidatos. Portanto, esse ferroviário fazia parte do rol de correligionários que apenas executava as estratégias eleitorais emanadas do diretório central da agremiação. Em 1929, na cidade de Ponta Grossa, Ricetti pertenceu ao comitê eleitoral de Júlio Prestes de

Albuquerque e Vital Soares, que era o candidato à vice-presidência República apoiado pelo PRP (A REPÚBLICA, 25 out. 1922, p. 3).

Em 1934, contudo, Ricetti foi incorporado à lista de candidatos da URP. Tal incorporação denota a tentativa de esse partido se aproximar de membros de diversos setores profissionais. Um objetivo capital da URP era admitir aos seus quadros operários de distintas cidades do estado. Cumpre mencionar que em setembro de 1934 o operário João Mendonça, da cidade litorânea de Morretes, ingressou nesse partido (DIÁRIO DA TARDE, 19 set. 1934, p. 7). Assim, há indícios de que a expansão das unidades administrativas da URP foi acompanhada pelo recrutamento de trabalhadores urbanos ao quadro de filiados desse partido.

Em verdade, o próprio *Manifesto* de fundação da grei continha um conjunto de propostas voltadas a tal segmento social. Nesse documento, constavam as seguintes de propostas para os trabalhadores: “regime de justiça social, compreendendo o justo salário vital, a proteção às grandes famílias, habitações operárias, seguros sociais, criação de cooperativas de produção, consumo, crédito e proteção aos necessitados” (DIÁRIO DA TARDE, 4 ago. 1934, p. 4). Desse modo, os membros do extinto PRP reconheceram a necessidade de formular um ideário programático atento às demandas dos trabalhadores. Porém, no início dos anos 1930 as propostas que apresentaram ao operariado estavam em estágio incipiente.

Os estudos históricos têm ressaltado que no começo dos anos 1930, em distintos estados brasileiros, surgiram partidos dotados de um preciso repertório de propostas. Essas novas agremiações estavam identificadas com específicos grupos do eleitorado, a exemplo dos operários, católicos e estudantes. Esses partidos tiveram curta duração. No entanto, a criação de agremiações marcadas por uma coesa plataforma política é uma evidência de que o quadro partidário dos estados se tornou mais complexo na referida época (RICCI, 2019; SILVA, SILVA, 2015). Nesse contexto, a composição social das instituições políticas nacionais também se renovou (COSTA, MASSIMO, PERISSINOTTO, 2017).

A partir tipologia de Maurice Duverger, é plausível salientar que nesse período ocorreu o aparecimento de diversos *partidos de massa* no Brasil. Essas agremiações buscavam representar um novo e expressivo contingente de eleitores (DUVERGER, 1980). Iniciados na vida política em um contexto marcado pelo domínio dos partidos estaduais, os quais funcionavam à maneira de *partidos de quadros*, os gestores da URP tiveram de contemplar

membros de diferentes segmentos profissionais em suas chapas para conquistar maior adesão dos eleitores.¹⁴

De outra parte, cumpre ressaltar que nesse contexto também havia agremiações nacionais em funcionamento. O Paraná foi um dos estados em que organizações como a Ação Integralista Brasileira e o Partido Nazista encontraram adeptos (ATHAÍDES, 2012; BERTONHA, 2013; DIETRICH, 2007). Nesse cenário, os fundadores da URP tiveram de reorganizar suas formas de ação eleitoral. Eles precisaram se apresentar como políticos atentos a demandas das quais não se ocuparam durante a Primeira República. No citado estado, nos anos anteriores à Revolução de 1930, foram apenas o Partido Operário (SETE DE MARÇO, 6 set. 1890, p. 4) e o Partido Republicano Liberal (O DIA, 2 nov. 1923, p. 7) que apresentaram pormenorizados projetos políticos.

Em última instância, a época do Governo Provisório foi o momento em que antigos chefes políticos buscaram angariar correligionários em diversos grupos sociais e profissionais. Por conseguinte, a organização interna da URP foi marcada pelo convívio entre diferentes gerações de políticos. Durante a primeira metade do século XX, esse convívio se tornou um aspecto comum à vida interna das agremiações de distintos países (BERSTEIN, 2003).

Para corroborar a afirmação segundo a qual os veteranos da URP buscaram atrair aliados em distintos grupos da sociedade, cumpre destacar que eles se dedicaram a angariar o apoio dos estudantes. Para tanto, o partido incluiu Elias Karam (1902-1975) na sua relação de candidatos a deputado estadual. Nessa ocasião, Karam era acadêmico do curso de Direito da Universidade do Paraná. Houve, nesse contexto, outros estudantes que se vincularam à URP. Um desses apoiadores era Newton Sampaio (1913-1938), que na época estava

¹⁴ Conforme Duverger, os *partidos de quadros* (ou de *notáveis*) eram compostos pelas oligarquias. Essas agremiações surgiram ao tempo em que o voto censitário era inerente à vida política de distintos países. Portanto, os *partidos de quadros* não possuíam uma identificação com as camadas populares, cujos membros não atendiam aos critérios de renda para participarem de eleições como eleitores ou candidatos. Este foi, pois, o modelo dominante de partido político durante o século XIX. Os *partidos de massa*, por sua vez, surgiram a partir da implantação do sufrágio universal. Essas novas agremiações buscaram a adesão de grupos sociais que historicamente estiveram à margem do jogo eleitoral, a exemplo dos trabalhadores urbanos (DUVERGER, 1980). Nesse âmbito, cumpre destacar que data do ano de 1890 a primeira iniciativa destinada à criação de uma agremiação operária do Paraná (FABRIS, 2019). Todavia, esse partido não funcionou para além da primeira década republicana. No referido estado, foi nos anos 1930 que houve novos esforços para a fundação de agremiações voltadas a abraçar demandas de camadas sociais que jamais tiveram espaço na cena eleitoral. Dentre as agremiações criadas nessa época, estava o Partido Reivindicador Proletário (O DIA, 12 jun. 1934, p. 1). Em suma, a URP teve disputar espaço no campo oposicionista com agremiações minoritárias constituídas majoritariamente por políticos novatos.

matriculado no curso de Medicina. Foi um dos participantes da Convenção que homologou as candidaturas da URP a deputado estadual e deputado federal (DIÁRIO DA TARDE, 28 set. 1934, p. 2).

Ao passo que o ferroviário Ricetti era antigo apoiador do PRP, Karam tinha um histórico de oposição ao Governo Vargas. O então estudante apoiou a causa dos paulistas na Revolução Constitucionalista de 1932 (O DIA, 11 jul. 1933, p. 3). Portanto, a escolha de candidatos sem experiência eleitoral não era fortuita. Os trabalhadores de modesta condição social e os estudantes foram reconhecidos pelos veteranos da URP como parcelas importantes do eleitorado. Contudo, o ingresso de membros dessas parcelas nas chapas do partido dependia de um vínculo prévio com os veteranos.

O terceiro grupo representado na chapa de candidatos da URP era o dos antigos aliados dos interventores nomeados por Getúlio Vargas para governar o Paraná. O médico Roque Vernalha (1894-1956) era o representante desse grupo na chapa de candidatos da URP. Em 10 de outubro de 1930, uma semana após a deposição do governador Afonso Camargo, ele foi nomeado pelo interventor federal no Paraná, o citado Mário Tourinho, para o posto de Inspetor de Profilaxia Rural (DIÁRIO DA TARDE, 11 out. 1930, p. 3). Este foi o único cargo comissionado obtido por Vernalha ao tempo do Governo Provisório. Dentre os dirigentes e candidatos da URP em 1934, esse médico foi o único a desempenhar uma função comissionada no período correspondente ao Governo Provisório.

Vernalha não era um novato em políticas de nomeações para cargos públicos. Nos anos finais da Primeira República, por exemplo, esse médico foi funcionário comissionado da Prefeitura de Paranaguá. Ele manteve vínculos com o grupo político destituído em 1930 (O DIA, 13 mar. 1930, p. 1). Em resumo, os próceres da URP conseguiram incorporar aos seus quadros um antigo correligionário que tivera uma rápida passagem pelo grupo que ascendeu ao poder com a Revolução de 1930. Essa agremiação contava com a presença de um médico cuja ligação com os governistas não lhe permitira alcançar posições de destaque na administração estadual. Há indícios, portanto, de que a URP foi um refúgio para indivíduos que não conquistaram estáveis e destacadas posições no grupo situacionista constituído no Paraná durante o Governo Provisório.

Os representantes desses três grupos eram eleitoralmente pouco competitivos. Eles não conseguiram obter mandatos de deputado estadual. De todo modo, no Paraná, nos anos

1930, os políticos identificados com o situacionismo estadual da Primeira República entenderam que uma estratégia para a recuperação da força eleitoral do seu partido era tornar menos homogênea a composição das chapas de candidatos.

De fato, os advogados continuaram como a principal categoria profissional representada nas chapas da URP. Nessa época, porém, houve uma tentativa de aproximação dos chefes do partido com outros segmentos da sociedade, notadamente os estudantes e operários. A corroboração do argumento de que a URP foi o espaço para a emergência de uma nova geração políticos requer, preliminarmente, a atenção às informações do Quadro 3.

Quadro 3 – Atuação política e profissional dos candidatos da União Republicana Paranaense a deputado federal (época da Primeira República)¹⁵

Nome	Município de residência	Região do Estado do Paraná	Ocupação	Total de cargos comissionados	Total de mandatos no Poder Legislativo	Total de mandatos no Poder Executivo
*Artur Ferreira dos Santos	Curitiba	Primeiro planalto	Advogado	4	0	0
Hostílio César de Souza Araújo	Curitiba	Primeiro planalto	Advogado	1	0	0
José de Azevedo Macedo	Ponta Grossa	Segundo planalto	Médico	1	0	0
Leopoldino Fernandes Caldeira	Curitiba	Primeiro planalto	Padre	0	0	0
Marins Alves de Camargo	Curitiba	Primeiro planalto	Advogado	3	4	1
Milton de Macedo Munhoz	Curitiba	Primeiro planalto	Médico	0	0	0

Fontes: *A República* (PR); *Diário da Tarde* (PR); *Diário do Comércio* (PR); *Gazeta do Povo* (PR); *O Dia* (PR).

De um lado, verifica-se que os dirigentes da URP estavam inclinados a conceder a políticos novatos oportunidades mais decisivas no interior do partido. Assim, a maior parcela dos candidatos a deputado federal desse partido era formada por indivíduos sem experiência prévia no exercício de mandatos eletivos. De outro lado, cumpre destacar que o único candidato vitorioso da chapa de deputados federais pertencia ao grupo de políticos iniciantes.

A longa experiência nas lides partidárias e as conexões familiares com personagens da elite política estadual não foram suficientes para que candidatos como Marins Camargo

¹⁵ Eleito deputado federal em 1934.

conseguissem retornar às esferas do Poder Legislativo. Cabe também salientar que apenas uma parte dos novatos teve êxito no propósito de ingressar na carreira política. Hostílio César de Souza Araújo, por exemplo, malogrou nesse intento. O fato de pertencer a uma família dotada de longa vivência no cenário político não foi suficiente para que ele suplantasse os seus colegas de chapa. Em suma, nota-se que havia limites, no contexto dos anos 1930, para a conservação da influência de uma parentela no jogo partidário paranaense.

O desempenho eleitoral dos partidos paranaenses nas eleições de 1934: a disputa entre as agremiações oposicionistas

No curso desta seção cumpre demonstrar que as eleições de 1934 representaram uma mudança em relação à situação verificada, no Paraná, no pleito de 1933. Tal mudança consistiu no crescimento da força eleitoral dos políticos ligados à URP. De todo modo, trata-se de evidenciar que os veteranos filiados a essa agremiação não conseguiram recuperar a força política que tiveram ao tempo da Primeira República.

Na eleição de 1934, o PSD, o PSN e a URP foram os únicos que elegeram candidatos para os cargos de deputado federal e deputado estadual. De fato, existiam outros grupos que atuavam no cenário político estadual. Conforme ressaltado, um desses grupos era a Ação Integralista Brasileira. Ela estava em atividade em diversos municípios paranaenses. Havia, assim, a realização de propaganda integralista em áreas do interior do estado (ALVES, 2019; DITZEL, 2007). Nesse contexto, também havia setores do operariado politicamente articulados (ARAÚJO, CARDOSO, 1992). No Paraná, em 1934, havia ao todo oito agremiações em atividade, as quais também apresentaram chapas (GAZETA DO POVO, 2 nov. 1934, p. 1). Nessa época, portanto, a vida política estadual conheceu o aumento do rol de lideranças partidárias.

Esses novos grupos políticos não possuíam um nível de organização interna suficiente para competir com os integrantes e os dissidentes da ordem situacionista, os quais estavam reunidos no PSD e no PSN, respectivamente. As agremiações minoritárias também não suplantaram a força eleitoral dos políticos remanescentes da Primeira República. Foram pouco duradouras as tentativas dos pequenos partidos de disputarem contra as agremiações dominantes. Nas eleições municipais de 1935, por exemplo, a Ação Integralista Brasileira foi o único partido minoritário que possuía a capilaridade necessária para lançar candidaturas em distintos municípios (O DIA, 20 set. 1935, p. 8). Acerca do desempenho eleitoral dos partidos

dominantes do Paraná no pleito eleitoral de 1934, cabe dedicar atenção às informações do Quadro 4.

Quadro 4 – Votação partidária na eleição de deputados estaduais do Paraná (1934)

Partido	Posição no quadro partidário	Total de candidatos apresentados	Total de candidatos eleitos	Total de votos obtidos pelo partido
Partido Social Democrático	Situação	30	20	22.441
União Republicana	Oposição	30	5	8.964
Partido Social Nacionalista	Oposição	30	5	8.416

Fonte: *Gazeta do Povo*, Curitiba, 2 nov. 1934, p. 1.

Ao se acomodarem no campo da oposição, os remanescentes do PRP mantiveram a prática de apresentar chapas completas de candidatos. Houve, assim, uma mudança no modo de ação eleitoral da oposição. Ao tempo da Primeira República, em distintos estados, os partidos minoritários não costumavam lançar chapas completas. Eles buscavam apenas assegurar uma presença mínima nas instâncias do Poder Legislativo (FIGUEIREDO, 2016). De outra parte, no Paraná do início dos anos 1930 os dois partidos de oposição almejavam obter o controle integral das vagas para a Assembleia Estadual.

Em relação ao contexto da Primeira República, a oposição paranaense constituída entre os anos de 1933 e 1934 era eleitoralmente mais forte. No Paraná, nos anos anteriores à Revolução de 1930, os governistas conseguiam eleger todos os candidatos das suas chapas para cargos legislativos. As raras ocasiões em que os oposicionistas conseguiam se eleger eram aquelas em que o partido situacionista apresentava uma lista incompleta de candidatos. Datado de 1915, o fim do lançamento de chapas incompletas impediu que a oposição paranaense conquistasse mandatos eletivos nos últimos anos da Primeira República (GOULART, 2008). Dessa forma, no pleito ocorrido em 1934 as candidaturas da oposição barraram o domínio absoluto dos governistas sobre a Assembleia do Paraná. O resultado dessa eleição evidenciou a vigência de efetiva polarização partidária no estado.

No entanto, a URP era proporcionalmente menos competitiva do que os partidos de oposição dos estados de Minas Gerais e São Paulo. Em 1934, o PRP-SP conseguiu eleger vinte e dois deputados estaduais. Essa quantidade representava 36% do total do total de cadeiras da Assembleia paulista (PRADO, 1986). Vinculada ao PRM, a oposição em Minas Gerais elegeu catorze deputados estaduais. Esse total significava 29% das vagas da Assembleia local (ABREU,

2015). A URP, por sua vez, conquistou apenas cinco cadeiras na Assembleia do Paraná, as quais perfaziam 16% das vagas em disputa.

O resultado da eleição para as seis vagas de deputado federal pelo Paraná atesta que a URP se consolidou, com pequena vantagem sobre o PSN, na posição de segunda força eleitoral do Paraná. Atente-se, pois, às informações expostas no Quadro 5.

Quadro 5 – Votação partidária na eleição de deputados federais pelo Paraná (1934)

Partido	Posição no quadro partidário	Total de candidatos apresentados	Total de candidatos eleitos	Total de votos obtidos pelo partido
Partido Social Democrático	Situação	6	4	13.786
União Republicana	Oposição	6	1	8.943
Partido Social Nacionalista	Oposição	6	1	8.621

Fonte: *Gazeta do Povo*, Curitiba, 2 nov. 1934, p. 1.

No cenário político paranaense, a URP possuía um nível de competitividade eleitoral suficiente para assegurar uma pequena presença de seus candidatos nas esferas do Poder Legislativo. Contudo, o desempenho eleitoral dos situacionistas decaídos do Paraná continuava inferior àquele obtido pelos oposicionistas de São Paulo. Em 1934, o PRP-SP elegeu doze candidatos a deputado federal. Dessa maneira, essa grei obteve 35% das vagas em disputa. Ao eleger um deputado federal, a URP obteve 16% das vagas em disputa no Paraná. Tal desempenho era também inferior ao dos oposicionistas de Minas Gerais. Em 1934, o PRM conseguiu eleger onze deputados. Essa agremiação conquistou 29% das vagas da bancada mineira na Câmara (ABREU, 2015).

A eleição de Artur Santos para deputado federal evidenciou que terminara a época em que o ingresso de oposicionistas paranaenses na Câmara dos Deputados era uma concessão dos situacionistas. Ou seja, terminara o período em que a oposição precisava aguardar a apresentação de chapas incompletas pelos governistas para conseguir um acesso eventual a essa instituição. A eleição de oposicionistas para deputado federal, no Paraná da Primeira República, ocorreu apenas nos anos de 1906, 1912 e 1915 (A REPÚBLICA, 12 out. 1915, p. 1). Dessa forma, no Paraná, no contexto dos anos 1930, a eleição de novatos e de oposicionistas não era um acontecimento raro.

Considerações finais

A investigação empreendida neste artigo teve por objetivo avançar na compreensão da estrutura e funcionamento de um partido estadual constituído por indivíduos que perderam seus mandatos em decorrência da Revolução de 1930. A partir do caso da União Republicana Paranaense, cuja existência abrangeu os anos de 1934 a 1937, buscou-se evidenciar as condições do regresso de políticos veteranos ao jogo eleitoral do Paraná. Tal análise não ambicionava apenas reconhecer as mudanças nas formas de ação política de antigos dirigentes partidários. Essa investigação também buscou oferecer subsídios para o entendimento do processo por meio do qual a cena partidária dos estados se tornou mais competitiva e socialmente diversificada. Em última instância, a análise aqui desenvolvida evidenciou o modo de envolvimento de um grupo de políticos veteranos em um contexto marcado pelo aparecimento de novas agremiações.

Nesse âmbito, o estudo desenvolvido no presente trabalho permite a elaboração de três constatações. Primeiro, cumpre salientar que a URP não foi apenas uma agremiação comandada por políticos destituídos pela Revolução de 1930. Ela foi um espaço para a emergência de novatos na cena política. A adesão dos novatos a esse partido não foi um acontecimento desprovido de critérios. Havia precisos fatores que determinavam a conquista de oportunidades no interior dessa agremiação. Um desses fatores era o exercício de funções comissionadas. Assim, um dos elementos convergentes do perfil dos novatos ligados à URP residia no envolvimento em esquemas de nomeações para cargos estaduais nos anos finais da Primeira República. O outro fator era o pertencimento a parentelas que possuíam antigas ligações com os governistas afastados da administração pública em 1930.

A segunda constatação afirma que os remanescentes do PRP tiveram dificuldades para se consolidar no cenário político regional no contexto do Governo Provisório. O partido que eles fundaram tornou-se a segunda força eleitoral do Paraná. Porém, o desempenho eleitoral da URP não foi muito superior em relação ao desempenho do PSN. A partir da Revolução de 1930, houve a corrosão das bases eleitorais construídas por esses remanescentes.

A terceira constatação é de que o cenário partidário paranaense do início da década de 1930 era mais competitivo em relação àquele existente na Primeira República. Nessa época, o jogo partidário estadual se tornou mais plural. Portanto, os membros da URP precisaram dividir com outras agremiações, sobretudo o PSN, os votos dos eleitores da

oposição. Uma evidência desse aumento de competitividade era a coexistência de distintos partidos de oposição. Outra evidência consistiu na eleição de oposicionistas sem a necessidade da formação de chapas incompletas pelos governistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES¹⁶

A República (PR)

Correio da Manhã (RJ)

Correio do Paraná (PR)

Diário da Tarde (PR)

Diário do Comércio (PR)

Gazeta do Povo (PR)

O Dia (PR)

Sete de Março (PR)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.

ALVES, Alessandro Cavassin. *A Província do Paraná (1853-1889): a classe política, a parentela no Governo*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

ALVES, Luís Fellipe. *Elites integralistas em Paranaguá nos anos 1930: organização e estruturas sócio-afetivas*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, 2019.

ARAÚJO, Sílvia; CARDOSO, Alcina. *Jornalismo e militância operária*. Curitiba: Ed. UFPR, 1992.

ATHAÍDES, Rafael. *As paixões pelo sigma: afetividades políticas e fascismos*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

BERSTEIN, Serge. Os partidos políticos. In: RÉMOND, Réne (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p. 57-98.

BERTONHA, João Fábio. *Sombras autoritárias e totalitárias no Brasil: integralismo, fascismos e repressão política*. Maringá: Ed. UEM, 2013.

CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografias coletivas: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 41-54.

¹⁶ Esses periódicos encontram-se disponíveis para consulta no sítio eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira: <memoria.bn.br>

CODATO, Adriano Nervo. *Elites e instituições: uma análise contextual do Estado Novo*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, 2008.

COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas; PERISSINOTTO, Renato Monseff. Oligarquia Competitiva e Profissionalização Política: o caso dos senadores brasileiros na Primeira República (1889-1934). *Dados*, Rio de Janeiro, v. 60, n. 1, 2017, p. 79-110.

DAGOSTIM, Maristela Wessler. *A República dos Conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo tropical? O Partido Nazista no Brasil*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

DITZEL, Carmencita Holleben de Mello. *Imaginários e representações: o Integralismo nos Campos Gerais*. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2007.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. UnB, 1980.

FABRIS, Pamela Beltramin. Associativismo e experiência política da população negra em Curitiba (1870-1910). In: SCHEER, Michael; SPERANZA, Clarice Gontarski. *Trabalho, democracia e direitos: trabalho livre e escravizado*. Porto Alegre: Editora Fi, 2019, p. 39-63.

FERRARI, Marcela. Prosopografia e historia política: algunas aproximaciones. *Antíteses*, Londrina, v. 3, n. 5, janeiro-junho de 2010, p. 529-550.

FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Voto e competição política na Primeira República: Minas Gerais*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2016.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. *Classe dominante e jogo político na Assembleia Legislativa Paranaense (1889-1930)*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. Entre famílias e secretarias: análise do arranjo político do Paraná (1889-1930). In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.). *Estado, classe dominante e parentesco no Paraná*. Blumenau: Nova Letra, 2015, p. 247-299.

GRANATO, Natália Cristina. O Poder Legislativo Paranaense no contexto da Revolução de 1930: um estudo dos capitais familiares e políticos dos deputados federais e estaduais (1930-1937). *Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses*. Curitiba, v. 1, n. 5, p. 1-39, 2019.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. *A luta pelo poder: a política gaúcha em perspectiva (1934-1937)*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

LEVINE, Robert M. *O Regime de Vargas: os anos críticos, 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso de oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LYNCH, Christian Edward Cyril. *Da Monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014.

- LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na federação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- NICOLAU, Jairo. *As eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.
- MARIZ, Marlene da Silva. *A Revolução de 30 no Rio Grande do Norte, 1930-1934*. Brasília: Edição do Senado Federal, 1984.
- MICELI, Sergio. Biografia e cooptação (estudo atual das fontes para a história social e política das elites do Brasil). In: MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 345-356.
- MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *Introdução à História dos Partidos Políticos Brasileiros*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- MOURELLE, Thiago Cavaliere. *Guerra pelo poder: a Câmara dos Deputados confronta Vargas (1934-1935)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.
- NOLL, Maria Izabel e TRINDADE, Héliogio. *Rio Grande do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Nota sobre a política paranaense de 1930 a 1945. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 1, n. 9, p. 47-56, 1997.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná (1853-1930)*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934*. São Paulo: Ática, 1986.
- RAMOS, Plínio de Abreu. *O PSD mineiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.
- RAMOS, Plínio de Abreu. *Os partidos paulistas e o Estado Novo*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p. 13-36.
- RICCI, Paolo (org.). *O autoritarismo eleitoral dos anos trinta e o Código Eleitoral de 1932*. Curitiba: Appris, 2019.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos na Bahia da Primeira República: uma política de acomodação*. 2. ed. Salvador: Ed. UFBA, 1998.
- SERRATTO, Edgar Bruno Franke. *A Ação Integralista Brasileira e Getúlio Vargas: antiliberalismo e anticomunismo no Brasil de 1930 a 1945*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.
- SILVA, Estevão; SILVA, Thiago. Eleições no Brasil antes da democracia: o Código Eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1934. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 23, n. 56, p. 75-106, 2015.
- STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 39, p.115-137, 2011.